

COTAÇÃO

COTAÇÃO DTVM S/A
www.cotacao.com.br
CNPJ: 17.354.911/0001-10
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.092
18º andar | São Paulo - SP
CEP: 01451-000
Ouvidoria: 0800 722 0132

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A.

Histórico

A Cotação DTVM, empresa do Grupo Rendimento, está presente no mercado de câmbio turismo desde 1989, com matriz em São Paulo e atuação nas principais capitais e cidades do Brasil. Realiza operações de compra e venda de papel moeda, cartão pré-pago internacional Rendimento (bandeiras Visa e MasterCard), com segurança e comodidade para mais de 2 milhões de clientes. Além das operações de câmbio destinadas a gastos com viagens internacionais, possui o produto Remessa Expressa, que consiste no envio de valores ao exterior a título de transferências unilaterais e também possibilita aos seus clientes enviar e receber recursos do exterior e realizar pagamento de contas em qualquer lugar do mundo de natureza comercial e financeira, para operações até US\$ 100.000,00. A Cotação DTVM detém o Certificado Internacional de Qualidade (ISO 9001), evidenciando a consistência e a qualidade dos serviços de qualidade aos seus clientes, em suas viagens ao exterior, com agilidade e eficiência.

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

A Cotação DTVM mantém estrutura de Governança Corporativa, integrada ao Grupo Rendimento e alinhada às melhores práticas, através de modelos controlados pela ética, transparência e conduta responsável no relacionamento com os acionistas, clientes e parceiros, abrangendo as Áreas de Riscos e Compliance, Responsabilidade Socioambiental, Segurança da Informação e Auditoria Interna, com rotinas e procedimentos de Controles Internos e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de ações nas operações de câmbio, bem como a adoção de uma política de segurança da informação. Os procedimentos encontram-se disciplinados em normativas internas da Cotação DTVM e em conformidade com leis e regulamentos emanados pelo CMN e BACEN. Esses mecanismos de gestão estão em contínuo aprimoramento e são essenciais para a otimização na utilização do capital e obtenção da melhor relação Risco x Retorno aos seus acionistas, através da seleção das melhores oportunidades de negócios. A Diretoria de Riscos e Compliance Corporativa é responsável pela definição de políticas, diretrizes, medidas estratégicas e manutenção da estrutura de Riscos e Governança, bem como pelo acompanhamento do cumprimento e conformidade com as obrigações legais previstas.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2016	2015
Circulante		48.288	54.012
Disponibilidades	5	13.592	18.789
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	13.669	10.641
Aplicações no mercado aberto		13.669	10.641
Outros créditos		19.307	23.646
Carteira de câmbio	7	5.004	7.036
Diversos	8	14.303	16.610
Outros valores e bens		1.380	936
Despesas antecipadas		1.380	936
Realizável a longo prazo		54.069	40.360
Outros créditos		53.395	39.521
Diversos	8	53.395	39.521
Outros valores e bens		674	839
Despesas antecipadas		674	839
Permanente		9.617	12.538
Investimentos		1.052	943
Participações em controladas - no País	9	1.027	948
Outros investimentos		25	25
Imobilizado de uso	10	8.122	10.953
Imóveis de uso		22	22
Outras imobilizações de uso		25.798	25.779
(Depreciações acumuladas)		(17.698)	(14.848)
Intangível		443	612
Ativos intangíveis - outros		863	1.221
(Amortização acumulada)		(420)	(609)
Total do ativo		111.974	106.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados		Total
	Capital Realizado	Legal	Outras	Acumulados	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.501	2.500	15.706	-	-	30.707
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.148	13.148	-
Aumento de capital	7.499	(2.500)	(4.999)	(660)	(660)	-
Constituição de reserva legal	-	660	-	10.888	(10.888)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	(8.000)	-	(8.000)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.600)	(1.600)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.600)	(1.600)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	20.000	660	13.595	-	-	34.255
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.474	11.474	-
Constituição de reserva legal	-	573	-	(573)	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	4.333	-	(4.333)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(4.068)	(4.068)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.500)	(2.500)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	20.000	1.233	8.928	-	-	30.161
Saldo em 30 de junho de 2016	20.000	955	11.928	-	-	32.883
Lucro líquido do semestre	-	-	-	5.776	5.776	-
Constituição de reserva legal	-	278	-	(278)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(4.068)	(7.068)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.230)	(1.230)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	20.000	1.233	8.928	-	-	30.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, empresa constituída em 12 de julho de 1987 ("Distribuidora"), está voltada basicamente para operações no mercado financeiro de câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integrado no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são a responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do CMN e do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF - e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2015 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes da Grupo Rendimento, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente influência e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 07 de março de 2017.

3. Sumário das principais práticas contábeis: a) **Auração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata para as perdas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método experimental. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. b) **Moeda funcional** - As demonstrações financeiras da Cotação estão representadas em reais, que é sua moeda funcional de apresentação. c) **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limitem-se ao vencimento igual ou inferior a 90 dias na data de aplicação. d) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. e) **Investimento** - Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável. f) **Imobilizado** - Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Distribuidora ou exercício com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas da depreciação acumulada. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. g) **Intangível** - São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercícios com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzida da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. h) **Ativos intangíveis** que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. i) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)** - O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. j) **Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para o imposto de renda (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada à alíquota de 20% para as instituições financeiras (ISF) até agosto de 2015, incidindo sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015). Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização (ou reversão) das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. j) **Operações de câmbio** - As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base pro rata dia) auferidas. k) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e de assessores contábeis, a probabilidade de ocorrência de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constituição de obrigações tributárias (ou impostas e contribuíveis). O montante devido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. l) **Lucro por ação** - O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, nas datas das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limitem-se ao vencimento igual ou inferior a 90 dias na data de aplicação. d) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. e) **Investimento** - Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável. f) **Imobilizado** - Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Distribuidora ou exercício com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas da depreciação acumulada. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. g) **Intangível** - São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercícios com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzida da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. h) **Ativos intangíveis** que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. i) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)** - O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. j) **Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para o imposto de renda (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada à alíquota de 20% para as instituições financeiras (ISF) até agosto de 2015, incidindo sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015). Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização (ou reversão) das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. j) **Operações de câmbio** - As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base pro rata dia) auferidas. k) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e de assessores contábeis, a probabilidade de ocorrência de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constituição de obrigações tributárias (ou impostas e contribuíveis). O montante devido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. l) **Lucro por ação** - O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, nas datas das demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2015	
	Apresentado
Outras receitas/despesas operacionais	Apresentado Ajuste Representado
Outras despesas administrativas	(51.081) 13.924 (37.157)
Outras despesas operacionais	(1.598) (13.924) (15.522)
Lucro líquido	31 de dezembro de 2015
(i) Para melhor comparabilidade foram realizadas reclassificações de despesas administrativas para despesas operacionais, vide nota 19.	
Caixa e equivalentes de caixa	
Disponibilidades (nota 5)	13.932 18.789
Aplicações em operações compromissadas (nota 6)	13.669 10.641
Total	27.601 29.430
5. Disponibilidades	
Caixa	3.362 2.875
Depósitos bancários	1.418 2.760
Disponibilidades em moedas estrangeiras	9.152 13.154
Total	13.932 18.789
6. Aplicação interfinanceira de liquidez	
Circulante	2016 2015
Aplicações em operações compromissadas - Posição Bancada	
Letras financeiras do tesouro (LFT) - vencimento 02/01/2017	13.669 10.641
Total das aplicações no mercado aberto	13.669 10.641
7. Carteira de câmbio	
Circulante	2016 2015
Câmbio comprado a liquidar	5.004 7.036
Total Ativo	5.004 7.036
Passivo	
Câmbio vendido a liquidar	6.832 17.292
Total Passivo	6.832 17.292
8. Outros créditos - diversos	
Circulante	2016 2015
Devedores diversos - país (i)	5.251 8.785
Impostos a compensar	7.256 6.658
Crédito tributário (nota 12 b)	1.464 856
Outros	311 532
Total	14.283 16.610
Realizável a longo prazo	
Crédito tributário (nota 12b)	11.185 11.212
Devedores de depósitos em garantia (ii) (Nota 20b)	42.193 28.300
Outros	17 55
Total	53.395 39.521
(i) Referem-se basicamente a saldo de operações de câmbio, liquidadas em D-1.	
(ii) Subtotal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	

9. Participação em controladas e Participações Ltda.

	2016	2015
Ação empreendida	947	853
Patrimônio líquido	80	95
Lucro líquido no exercício	100%	100%
Personalidade de participação	1.027	948

10. Imobilizado de uso

	2016	2015
Imóveis de uso	22	22
Móveis e equipamentos de uso	22	22
Total de imóveis de uso	44	44
Instalações	10	15.945
Móveis e equipamentos de uso	10	3.104
Sistema de comunicação	20	953
Sistema de processamento de dados	20	4.682
Sistema de segurança	20	1.021
Sistema de transporte	20	42
Imobilizações em curso	51	-
Total de outros imobilizações de uso	25.798	25.779
(i) Subtotal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	75.620	25.801
(ii) Depreciações acumuladas	(17.698)	(14.848)
Total imobilizado	8.122	10.953

Risco Operacional

A Cotação DTVM está integrada à estrutura corporativa de gerenciamento do risco operacional do Grupo, constituída por um conjunto de procedimentos e instrumentos de controle, em conformidade com a Resolução nº 3.390/06, do CMN, que proporcionam uma permanente adequação desse gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. O modelo instituído para o controle, mensuração e mitigação, visa possibilitar a identificação e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados. Nossa estrutura se mantém alinhada à contínua sofisticação do ambiente dos negócios, do segmento, e a crescente evolução tecnológica, cujo gerenciamento requer uma estrutura distinta das aplicadas aos riscos de crédito e de mercado, compatível com os negócios, produtos e serviços disponibilizados à clientela.

Risco de Mercado e Liquidez

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado encontra-se alinhada aos conceitos do Comitê de Basileia e ao disposto na Resolução nº 3.454/07, do CMN, sendo constituída por um conjunto de políticas que norteiam a estratégia e controle dos negócios da Cotação DTVM. A Gestão de Risco de Liquidez é realizada de acordo com as disposições da Resolução 4.090/12, do CMN, em ambiente corporativo, e mantém política alinhada ao efetivo controle da liquidez, por se tratar de um instrumento estratégico e de extrema importância na Cotação. Desta forma realiza o acompanhamento contínuo dos níveis de caixa, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura, sem prejuízos de descaimento entre ativos e passivos.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

A Cotação DTVM conta com instrumentos de controle, políticas, processos e sistemas de monitoramento, nas operações realizadas com clientes, parceiros e fornecedores, através de seus produtos e serviços, a fim de evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo. A participação frequente da administração, na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro, assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades da Cotação DTVM, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais e de mercado. A Política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. As áreas de negócios da Cotação DTVM são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e reusar negócios e operações que considerem suspeitos ou atípicos, reportando sempre à Administração.

Responsabilidade Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental, implementada na Cotação DTVM, segue a estrutura corporativa implantada no Grupo Rendimento e visa estabelecer princípios, diretrizes e procedimentos, da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), bem como definir as ações, desta natureza, nos níveis de suas relações de trabalho e com o mercado, clientes, fornecedores e público interno, nos termos definidos na Resolução nº 4.327/14 do CMN. Constam das nossas estratégias e diretrizes, os procedimentos da Lei Anticorrupção na Política de Responsabilidade Socioambiental, como um elemento de responsabilidade social, dando ênfase aos padrões éticos. Por conta disso, passamos a considerar nos novos contratos com clientes, parceiros e fornecedores, como instrumento de mitigação de possíveis riscos socioambientais, cláusula que trata da necessária regularização dos assuntos ligados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, dentre outros inerentes ao tema, fazendo-se cumprir das análises de Compliance, visando, com isso, a purgação dos riscos ligados a danos socioambientais, independentemente dos riscos legais, tributários, de imagem (corrupção) que trazem intrínseca relação. Com o envolvimento das diretorias e gestores, encontram-se definidas diretrizes, visando possibilitar o conhecimento e disseminação a todo corpo funcional, dos princípios que norteiam a importância no cotidiano de cada colaborador e a sua efetiva aplicabilidade nas relações de trabalho e de negócios.

Segurança da Informação

O Departamento de Segurança da Informação - DSI é uma área estratégica de Controles Internos e institucional, o qual se reporta diretamente ao Diretor Presidente da Cotação DTVM e Comitê de Segurança da Informação. O DSI tem como objetivo principal a proteção da informação de forma a preservar sua confiabilidade, integridade e disponibilidade dando sustentabilidade ao negócio, possibilitando assim a maximização do retorno sobre os investimentos e oportunidades. O Departamento atua nos pilares da Segurança da Informação balanceando os fatores de riscos, tecnologia, processos, pessoas e custos. O objetivo ao preservar a aderência à Política de Segurança da Informação no ambiente corporativo, nos controles internos e dos sistemas informatizados, temos como base seguir as melhores práticas de mercado com o seguinte escopo de atuação: Programas de conscientização de colaboradores, criação e revisão de Políticas de Segurança, criação de metodologia para desenvolvimento seguro, revisões periódicas de perdas de acesso, testes periódicos de segurança em infraestrutura e aplicações, auditoria de software, controles de segurança em projetos novos, classificação da informação, criptografia de informações, monitoramento de ativos e regras de negócios, análise de riscos de segurança, proteção de tráfego de informações, entre outros controles relacionados à atividade.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	Zº Semestre		Exercícios	
		2016	2015 (P)	2016	2015 (P)
Receitas da intermediação financeira		55.742	111.356	118.404	
Resultado de títulos e valores mobiliários		946	1.686	1.347	
Resultado de operações de câmbio		54.796	110.270	117.057	
Resultado bruto da intermediação financeira		55.742	111.356	118.404	
Outras receitas/despesas operacionais		(46.575)	(92.607)	(96.932)	
Receitas de prestação de serviços	15	8.192	16.023	15.931	
Resultado de participação em controladas	9	51	80	95	
Despesas de pessoal	16	(24.809)	(49.888)	(52.619)	
Outras despesas administrativas	17	(18.196)	(36.228)	(37.157)	
Despesas tributárias	18	(4.015)	(7.983)	(8.123)	
Outras receitas operacionais	19	2.851	14.214	463	
Outras despesas operacionais	19	(10.649)	(28.825)	(15.522)	
Resultado operacional		9.167	19.349	21.472	
Resultado não operacional		(138)	(418)	(222)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		8.929	18.931	21.250	
Imposto de renda e contribuição social		(3.440)	(7.315)	(7.940)	
Imposto de renda	12a	(2.110)	(4.255)	(5.005)	